Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal Pleno

DELIBERAÇÃO AC00 - 194/2016

PROCESSO TC/MS	:	TC/19270/2012/001
PROTOCOLO	:	1597958
ÓRGÃO	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO
RECORRENTE	:	ELEDIR BARCELOS DE SOUZA
TIPO DE PROCESSO	:	RECURSO ORDINÁRIO
DECISÃO RECORRIDA		DECISÃO SINGULAR: DSG-G.JRPC-5193/2014
RELATOR	:	IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO – JUNTADA DE DOCUMENTOS – POSSIBILIDADE – DECISÃO SINGULAR – ATO DE PESSOAL – NÃO REGISTRO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA – AUSÊNCIA DE CONTRATO DE TRABALHO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO – RAZÕES RECURSAIS – ENCAMINHAMENTO DE DOCUMENTOS – HIPÓTESES LEGAIS – NÃO PREENCHIMENTO – EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – NÃO COMPROVAÇÃO – REMESSA INTEMPESTIVA – RECURSO IMPROVIDO.

Nega-se provimento a recurso ordinário, interposto com o objetivo de reformar decisão singular que negou registro a ato de pessoal, apesar da juntada do contrato de trabalho, se a contratação por tempo determinado não se reveste das hipóteses legais que comprovem a necessidade temporária de excepcional interesse público.

ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 3ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, de 9 de março de 2016, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade, nos termos do voto do relator, em conhecer e negar provimento ao Recurso Ordinário, mantendo na íntegra a r. Decisão Singular DSG-G.JRPC-5193/2014, pois as razões recursais foram insuficientes para elidir as os motivos ensejadores da decisão desfavorável, permanecendo a irregularidade, qual seja, a contratação de uma servidora por tempo determinado, sem que esse ato de admissão preenchesse os requisitos legais de excepcional interesse público e a intempestividade na remessa de peças obrigatórias durante a fase instrutória.

Campo Grande, 9 de março de 2016.

Conselheiro **Iran Coelho Das Neves** – Relator

RELATÓRIO

O Exmo. Sr.. Conselheiro Iran Coelho Das Neves – Relator

Vistos, relatados e discutidos estes autos (Processo TC/19270/2012/001) de Recurso Ordinário previsto no art. 69, da referida Lei Complementar n.º 160/2012[1], em que é Recorrente a Sra. ELEDIR BARCELOS DE SOUZA e o julgado recorrido é a r. Decisão Singular: DSG-G.JRPC-5193/2014.

Trata-se de recurso interposto com o objetivo de ver reformado a r. Decisão deste Tribunal de Contas que acolhendo o Parecer do Ministério Público de Contas, decidiu pelo não registro do Ato de Contratação, recomendou a realização de concurso público e aplicou a sanção de multa.

Inconformado com o resultado do julgamento, a ordenadora de despesas, ora recorrente, protocolizou a Petição às fls. 02/15, acompanhada de documentos, requerendo ao final a declaração de regularidade e a exclusão da multa.

O Conselheiro Presidente desta Corte, com amparo no artigo 215, do RITC/MS, cumprindo assim suas funções regimentais exerceu o juízo de prelibação e autorizou o recebimento do Ofício, como Recurso Ordinário (art. 220, do RITC/MS) determinando a distribuição a esta relatoria (fls. 017).

O Ministério Público de Contas (MPC), conforme Parecer: PARECER PAR - MPC - GAB.3 DR.JAC/SUBSTITUTO - 18527/2015, através de seu douto representante opinou pelo conhecimento e não provimento do recurso.

É o relatório.

VOTO

O Exmo. Sr.. Conselheiro Iran Coelho Das Neves – Relator

CONHECIMENTO.

Preliminarmente, quanto a análise dos pressupostos de admissibilidade do recurso. Pressupostos Extrínsecos e Intrínsecos: Interposto por escrito. Sendo tempestivo e a petição recursal contém a qualificação indispensável à identificação do recorrente. Regular a representação processual, eis que a recorrente, possui legitimidade para apresentar o presente recurso. Quanto aos demais pressupostos estão preenchidos, porquanto o recorrente embasa seu pedido em argumentação e documentos capazes de elidirem os fundamentos da decisão recorrida, de forma a produzir eficácia sobre a prova produzida.

[1] Publicada no DOE/MS Nº 8.102, de 03 de Janeiro de 2012.

Destarte, porquanto, presentes os pressupostos de admissibilidade previstos nos art. 66, inciso I e art. 69, da Lei Complementar nº 160/2012 e nos art. 151 a 154, do RITC/MS, conheço do presente Recurso Ordinário.

MÉRITO.

Através da r. Decisão Singular: DSG-G.JRPC-5193/2014 este Tribunal de Contas, por unanimidade de votos, decidiu, conforme ementa a seguir transcrita, a seguinte decisão:

> *"I – pelo NÃO REGISTRO do Ato de Contratação de Pessoal da servidora MARCIA MARIA DA SILVA TEMPORIM - TÉCNICO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, em decorrência do não envio do Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado assinado pelas partes e da Justificativa para a necessidade da contratação temporária, conforme exigência estabelecida nas regras do item 1.5, Seção I, Capítulo I, Anexo I da Instrução Normativa nº 35, de 2011 (Manual de Peças Obrigatórias), deste Tribunal de Contas, com fundamento na regra do art. 34, II, Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012 c/c a regra do art. 10, I, do Regimento Interno;*
>
> *II - pela RECOMENDAÇÃO ao Prefeito Municipal, ou àquele que vier a sucedê-lo, para que promova a realização de concurso público visando à regularização do quadro de pessoal da Prefeitura;*
>
> *III – pela APLICAÇÃO de MULTAS à sra. ELEDIR BARCELOS DE SOUZA - CPF: 054.156.568-04, Ex-Prefeita Municipal, nos seguintes valores:*
>
> *a. 50 (cinquenta) UFERMS, pela irregularidade destacada no inciso I dessa decisão; b. 14 (quatorze) UFERMS, pela intempestividade relativa à remessa de documentos a este Tribunal de Contas;*
>
> *IV - dou como fundamento para os termos do inciso III, a e b, as regras dos arts. 21, X, 42, IX, 44, I, 45, I, e 46 da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2012, devendo os valores das multas ser pagos em favor do Fundo Especial de Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas (FUNTC), no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação desta Decisão no DOTCE/MS, conforme as regras dos arts. 55, I, e 83 da Lei Complementar em referência, observado o disposto no art. 172, § 1º, I e II, do Regimento Interno, sob pena de execução." (grifei)*

O fato que motivou a emissão da decisão desfavorável foi a contratação de uma servidora por tempo determinado, sem que esse ato de admissão preenchesse os requisitos legais de excepcional interesse público e a falta de remessa de peças obrigatórias.

A Recorrente alega que a contratação temporária foi justificada, pois estaria amparado na lei complementar municipal n. 01/2005 e encaminhou o contrato de trabalho, somente agora na fase recursal, portanto, nesta questão permanece a irregularidade da remessa intempestiva na fase instrutória.

Compulsando os autos, observo que a remessa intempestiva de documentos

ocorreu por erro do próprio jurisdicionado, bem como, a contratação temporária não preenche os requisitos legais, conforme informado pela ICEAP, vejamos:

> *"Em que pese a juntada dos documentos na fase recursal, em pesquisa ao processo TC/5948/2010,* ***referente ao concurso público realizado pelo município****, cujo resultado foi homologado pelo Edital n. 08/2008, datado de 21/01/2009,* ***consta a aprovação de 10 candidatos para o cargo de Técnico de Serviços de Saúde I - Auxiliar de Enfermagem****.*
>
> *Sendo assim, a justificativa apresentada nas razões recursais não restou comprovada nos autos, no sentido de que somente uma vaga foi preenchida com o concurso público com o concurso público de 2012 posto que, em pesquisa ao sistema informatizado desta Corte, não consta o processo em nome de Patrícia Marques dos Santos, que teria sido aprovada em 1º lugar (TC/19276/2012).*
>
> *E quanto ao Termo de Ajustamento de Conduta,* ***em análise à cláusula primeira, verifica-se que teve por objeto a regularização e a exoneração de todos os agentes públicos contratados ilegalmente pela Administração Pública Municipal que se enquadram na prática do nepotismo.***
>
> *Nesses dois documentos constam que inexiste candidato aprovado em concurso público e que a contratação ocorreu para suprir necessidade do município.*
>
> ***Tais argumentos não encontram guarida na lei autorizativa.***
>
> *A ausência de planejamento da administração pública, quanto ao quadro de seus servidores públicos, não é o caso de excepcional interesse público, uma vez que é possível a administração prever tais situações, em especial quando não há concurso público vigente e existem vagas abertas, sejam elas decorrentes de exoneração de servidores ou de abertura de novas vagas.*
>
> *Sendo assim, podemos concluir pela irregularidade da contratação, por não preenchimento dos requisitos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, de forma que a decisão objurgada deve ser mantida."* (grifei)

A contratação temporária para atender a deficiência de pessoal teria que estar amparado em lei, conforme o disposto no art. 37, inciso IX, da CF, vejamos:

> *"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*
>
> *(....)*
>
> *IX - a* ***lei estabelecerá*** *os casos de contratação por tempo determinado para atender a* ***necessidade temporária de excepcional interesse público****;"* (grifei)

A norma constitucional supracitada visa impedir a utilização de contratos temporários para preencher o quadro de servidores públicos, prática reconhecida como fraude e assegura os princípios da moralidade e legalidade, nesse sentido, a doutrina de Dora Maria de Oliveira Ramos (2001, p. 69), *verbis*:

> *"[...] se outra tivesse sido a decisão do TST, as portas estariam abertas à fraude,*

> *servindo o contrato de terceirização* ***para inflar, de forma inconstitucional e lesiva ao erário e ao princípio da moralidade, os quadros do funcionalismo****. O* ***concurso público, expressamente exigido por norma constitucional (artigo 37, II), é instrumento altamente salutar de seleção dos trabalhadores do setor público****, assegurando igualdade de oportunidades e privilegiando o mérito, de forma a democratizar o acesso aos cargos e empregos públicos."*[2] (grifei)

Destarte, em razão da permanência da irregularidade, ensejadora da decisão desfavorável e como a recorrente, não apresentou argumentos e meios de provas que fossem capazes de elidir os fundamentos da decisão recorrida conclui-se que as razões recursais são insuficientes para reformar a r. Decisão, pelas razões acima expostas.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas (MPC) e **VOTO** nos termos seguintes, pelo:

01. – **CONHECIMENTO** do presente Recurso Ordinário (art. 69, da Lei Complementar n.º 160/2012), porquanto presentes os pressupostos de admissibilidade previstos nos art. 66, inciso I e art. 69, da Lei Complementar nº 160/2012 e nos art. nos art. 151 a 154, do RITC/MS;

02. – **IMPROVIMENTO** do presente Recurso Ordinário (art. 69, da Lei Complementar n.º 160/2012), mantendo na íntegra a r. Decisão Singular: DSG-G.JRPC-5193/2014, porquanto, as razões recursais foram insuficientes para elidir as os motivos ensejadores da decisão desfavorável, permanecendo a irregularidade, qual seja, a contratação de uma servidora por tempo determinado, sem que esse ato de admissão preenchesse os requisitos legais de excepcional interesse público e a intempestividade na remessa de peças obrigatórias durante a fase instrutória;

03. - **COMUNICAÇÃO** do resultado deste julgamento as autoridades administrativas competentes e demais interessados, em conformidade com o art. 50, inciso II e art. 65, da Lei Complementar nº 160/2012.

É como voto.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi unânime, firmada nos termos do voto do Conselheiro relator e proferida no sentido de conhecer e negar provimento ao Recurso Ordinário, mantendo na íntegra a r. Decisão Singular DSG-G.JRPC-5193/2014.

[2] RAMOS, Dora Maria de Oliveira. Terceirização na Administração Pública. São Paulo: LTr, 2001.

Presidência do Exmo. Sr. Waldir Neves Barbosa.

Relator, o Exmo. Sr. Conselheiro Iran Coelho das Neves.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Conselheiros Marisa Joaquina Monteiro Serrano, Ronaldo Chadid, Osmar Domingues Jeronymo e Jerson Domingos.

Presente o Exmo. Sr. José Aêdo Camilo, Procurador Geral de Contas.

Campo Grande, 9 de março de 2016.

Conselheiro **IRAN COELHO DAS NEVES**
Relator